Liv Up Comércio de Alimentos Ltda.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -4º ao 12º andares - Golden Tower 04711-130 - São Paulo - SP

Tel.: + 55 (11) 5186-1000 Fax: + 55 (11) 5181-2911 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da Liv Up Comércio de Alimentos Ltda. <u>São Paulo - SP</u>

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Liv Up Comércio de Alimentos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12 às demonstrações financeiras, os valores correspondentes referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento CPC PME (R1) seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obriga ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500° e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.12 às demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de agosto de 2023. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguração sobre tais ajustes tomados em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 e pronunciamento técnico CPC PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2024

Delotte Touche Tohmetsu DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ricardo Ramos da Silva Contador

CRC nº 1 SP 196573/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	3	10.216	40.560	Fornecedores	10	11.565	4.836
Contas a receber	6	5.320	4.306	Empréstimos e financiamentos	11	5.646	62.167
Estoques	7	10.430	9.972	Derivativo	5	-	2.800
Impostos a recuperar	8	6.324	4.089	Obrigações tributárias		530	1.034
Outros a receber		1.050	1.335	Salários e encargos sociais		2.678	2.972
Total do ativo circulante		33.340	60.262	Total do passivo circulante		20.419	73.809
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	11.793	12.570	Empréstimos e financiamentos	11	62.252	-
Impostos a recuperar	8	873	-	Derivativo	5	-	2.343
Outros a receber		76	124	Obrigações tributárias		289	449
Imobilizado	9	32.106	42.127	Provisões para riscos	12	9.314	5.948
Total do ativo não circulante		44.848	54.821	Total do passivo não circulante		71.855	8.740
				Patrimônio líguido	13		
				Capital social		340.932	340.932
				Adiantamento para futuro aumento de capital		26.856	26.120
				Prejuízos acumulados		(381.874)	(334.518)
				Total do patrimônio líquido negativo		(14.086)	32.534
TOTAL DO ATIVO		78.188	115.083	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		78.188	115.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
			(Reapresentada)
RECEITA LIQUIDA	15	94.622	91.775
Custos dos produtos vendidos	16	(61.144)	(61.274)
LUCRO BRUTO	-	33.478	30.501
Despesas de distribuição e vendas	17	(28.993)	(37.832)
Despesas gerais e administrativas	18	(38.141)	(75.530)
Outras (despesas)/receitas operacionais	19	1.289	(4.794)
Prejuízo antes do resultado financeiro	:	(32.367)	(87.655)
Receitas financeiras	20	9.603	10.078
Despesas financeiras	20	(24.592)	(21.897)
Resultado financeiro líquido		(14.989)	(11.819)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(47.356)	(99.474)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(47.356)	(99.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(47.356)	(99.474)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(47.356)	(99.474)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota		Adiantamento para futuro aumento de	Prejuízos	
	Explicativa	Capital Social	capital	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		216.707	124.225	(235.044)	105.888
Integralização de capital - Liv Up LLC	13	124.225	(124.225)	-	-
Adiantamento para aumento de capital - Liv Up LLC	13	-	26.120	-	26.120
Prejuízo do exercício				(99.474)	(99.474)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		340.932	26.120	(334.518)	32.534
Adiantamento para aumento de capital - Liv Up LLC	13	-	736	-	736
Prejuízo do exercício		-	-	(47.356)	(47.356)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		340.932	26.856	(381.874)	(14.086)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
	<u> </u>		(Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(47.356)	(99.474)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação	9	9.686	9.314
Resultado na baixa de bens do imobilizado	9	996	533
Resultado da variação cambial SWAP DI	5	1.812	8.709
Juros incorridos sobre empréstimos	11	10.447	4.634
Provisões para riscos	12	3.366	3.410
Rendimentos de aplicações financeiras	19	(3.120)	(9.945)
Variações nos ativos e passivos operacioanais:			
Contas a receber		(1.014)	
Estoques		(458)	
Impostos a recuperar		(3.108)	•
Outros ativos circulantes e não circulantes		333	3.131
Fornecedores		6.729	(2.599)
Obrigações tributárias		(664)	•
Salários e encargos sociais		(294 <u>)</u> (22.645)	(4.185)
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.4		(78.768)
Pagamento de juros sobre empréstimos	11 5	(9.898)	(7.542)
Pagamento de juros SWAP DI FLUXO DE CAIXA LIQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5	(177)	/96 310
FLOXO DE CAIXA LIQUIDO AFLICADO NAS ATIVIDADES OFERACIONAIS		(32.720)	(86.310)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações financeiras	4	3.897	15.843
Adições ao imobilizado	9	(661)	(8.573)
Caixa líquido gerados pelas atividades de investimentos		3.236	7.270
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimo	11	62.431	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	11	(57.249)	(34.083)
Pagamento de principal SWAP DI	5	(6.778)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	736	26.120
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(860)	(7.963)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.344)	(87.003)
Caixa e equivalentes de caixa: Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	3	40.560	127.563
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	3	10.216	40.560
·	Ŭ.	(30.344)	(87.003)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.344)	(67.003)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (valores expressos em reais – R\$mil, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Liv Up Comércio de Alimentos Ltda. ("Liv Up" ou "Empresa") foi constituída em setembro de 2015, com o propósito de oferecer refeições naturais, saudáveis e práticas a um custo acessível, conectando pessoas com comida boa de verdade. A Empresa tem a visão de construir a marca líder e referência para quem quer se alimentar bem no dia a dia, gerando impacto positivo em toda a cadeia. A Liv Up é controlada pela Liv Up Holdings, LLC, sediada em Delaware nos Estados Unidos da América.

A atividade principal da Empresa é o fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar, fabricação de alimentos e pratos prontos, hortaliças, legumes, massas alimentícias, especiarias, molhos, temperos, condimentos e produtos de carne.

Como parte de sua estratégia de foco em refeições congeladas, a Liv Up concluiu em dezembro de 2023 o desinvestimento de sua unidade de negócio de *Cloud Kitchen*, através de venda dessa unidade de negócio, que em 2023 faturou R\$12.005.

Continuidade operacional

A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Empresa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adotamos a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O intenso trabalho de redução de custos no biênio de 2022/2023 permitiu que a Empresa lançasse novos produtos em 2023 e retomasse forte crescimento a partir do quarto trimestre, revertendo os resultados operacionais negativos. Além de dar continuidade a essas iniciativas, em 2024 a Empresa pretende otimizar sua estrutura de capital, com expectativa de gerar lucro líquido na operação.

A Empresa incorreu no prejuízo de R\$47.356 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$99.474 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As operações da Empresa estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: ICMS, DIFAL, FCP, PIS e COFINS.

Quando a receita tem que ser reconhecida, ela é baseada na avaliação quando e em qual padrão a respectiva obrigação de *performance* é satisfeita. Uma obrigação de *performance* é satisfeita pela Empresa quando o cliente obtém o controle do(s) bem(s) ou serviço(s), ou seja, a transferência desses bens e serviços para o cliente ocorre. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

2.1.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- A Empresa transferiu ao comprador os produtos negociados;
- A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Empresa.

2.2. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa adota apuração pelo Lucro Real. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos nas respectivas contas do resultado.

2.4. Classificação circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Empresa.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Empresa.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A Empresa não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes investimentos de alta liquidez com expectativa de realização em até três meses a partir da data da aplicação. ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor de custo auferido até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado nem de realização.

2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa quando a Empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) Custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros devem ser mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja atingido ao receber os fluxos de caixa contratuais esperados e vender os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

c) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado.

a) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente.

b) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de longo prazo é calculado anualmente, e somente registrado, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Os ativos e passivos monetários não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.8. Estoques

A Empresa avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.

Quando estoques são vendidos, a Empresa reconhece o valor contábil desses estoques como custo dos produtos vendidos no período no qual a receita relacionada é reconhecida.

Os estoques, estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção. Estão também incluídos: (i) os custos incorridos ainda não faturados até a data do balanço em decorrência de prestação de serviços em andamento; e (ii) os adiantamentos efetuados a fornecedores para aquisição de produtos que serão incorporados aos estoques.

Provisão para desvalorização é mensurada e registrada quando itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização. Os materiais em trânsito são registradas ao custo de compra mais os gastos incorridos na sua aquisição até a data do balanço.

2.9. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Empresa são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de créditos de ICMS, PIS e COFINS. Todos os custos incorridos que são necessários para que o ativo possa estar disponível para utilização são capitalizados. A Empresa adota a política de capitalizar custos subsequentes de manutenção somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses custos forem prováveis e os itens sofrerem melhoria operacional significativa (aumento de vida útil). Se essa premissa não for cumprida, os custos são registrados na demonstração de resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada linearmente ao longo da vida útil dos ativos; a taxa que reflete a melhor estimativa de utilização desses ativos é como segue:

	Meses
Edificações e benfeitorias em imóveis próprios	60
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	36 a 60
Computadores e equipamentos de informática	60
Veículos	60
Equipamentos	120
Instalações	120
Máquinas	120
Móveis, utensílios e instalações comerciais	120

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Contas a receber

As Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas online em nosso e-commerce, em nossos restaurantes e no varejo. Utilizamos como meio de pagamento os cartões de crédito, débito e vouchers de alimentação, que operamos através das adquirentes, transferências bancárias e PIX. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe evidência objetiva, de que a empresa não será capaz de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Empresa requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajuste significativo em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Perda de valor recuperável de ativos não financeiros

Existe perda de valor recuperável quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que corresponde ao valor justo menos custo de venda ou valor em uso, dos dois, o maior. O valor justo estimado menos custo de venda se baseia nas informações disponíveis de transações de venda de ativos semelhantes ou no preço de mercado menos custos adicionais para a venda do ativo.

A Administração revisa anualmente o valor líquido contábil dos ativos de forma a avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável.

Sempre que esses indícios são identificados e o valor contábil ultrapassar o valor recuperável, uma provisão para deterioração é estabelecida, ajustando o valor líquido contábil ao valor recuperável.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- a) Nível 1 preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- b) Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Empresa utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- c) Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

<u>Impostos</u>

Existem incertezas quanto à interpretação de regulamentos tributários complexos e o montante e a época de lucros tributáveis futuros. Dado o amplo espectro das relações comerciais internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, as diferenças entre os resultados reais e as premissas consideradas, ou mudanças futuras nessas premissas poderiam necessitar ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Empresa constitui provisões com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais da jurisdição a qual está subordinada. O montante dessas provisões é baseado em diversos fatores, tais como, a experiência de auditorias fiscais anteriores e as diferentes interpretações da legislação fiscal pela Empresa tributada e pela autoridade fiscal competente. Essas diferenças de interpretação podem ocorrer em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na jurisdição a qual a Empresa está subordinada.

Julgamento profissional significativo pela Administração é requerido para determinar o valor de imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Provisões para riscos

A Empresa reconhece provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro dessas provisões são revisadas anualmente.

2.12. Reapresentação de saldo comparativo

A demonstração do resultado e dos fluxos de caixa anteriormente apresentadas estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC PME (R1) – Seção 10 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro, a seguir:

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis:

Resultado	31/12/2022 (Anteriormente apresentado)	Reclassificações	31/12/2022 (Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(56.868)	(4.406)	(61.274)
Despesas gerais e administrativas	(76.314)	784	(75.530)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(9.200)	4.406	(4.794)
Despesas financeiras	(21.113)	(784)	(21.897)
Total	163.495	-	163.495

Resultado	31/12/2022 (Anteriormente apresentado)	Reclassificações	31/12/2022 (Reapresentado)
Demonstração Fluxo de Caixa			
Fluxo de caixa aplicados nas atividades operacionais	(78.768)	(7.542)	(86.310)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades de investimento	7.270	-	7.270
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(15.505)	7.542	(7.963)
Total	87.003		87.003
Divulgação provisão para risco (possível)	-	5.761	5.761
A E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		202	22 2022

CAIXA

	2023	2022
Conta corrente	4	24
Aplicação financeira	10.212	40.536
	10.216	40.560

Os saldos de bancos são representados, exclusivamente, por recursos disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. A Empresa tem como prática aplicar o caixa disponível em fundos de renda fixa e CDBs de bancos de primeira linha com liquidez imediata. As remunerações das aplicações circulantes e não circulantes são de aproximadamente 100% do CDI em 2023 e 2022. Os rendimentos destas aplicações foram de R\$3.120 em 2023 (R\$9.945 em 2022), conforme nota explicativa nº 20.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022
Banco Mercantil do Brasil	10.426	-
Banco Bradesco	559	-
Porto Seguro	308	456
Mapfre	265	261
Icatu	235	271
Banco Itaú	-	5.990
BTG Pactual	-	5.592
Total não circulante	11.793	12.570

Os saldos das aplicações financeiras são majoritariamente CDBs vinculados a operações de crédito das notas comerciais e títulos de capitalização dados como garantia em contratos de aluguel de imóveis. São remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 2023 e 2022.

5. DERIVATIVO SWAP DI

	2023	2022
SWAP DI - passivo circulante	-	(2.800)
SWAP DI - passivo não circulante	-	(2.343)
		(5.143)

A Empresa possuía, em 2022, instrumentos financeiros derivativos (SWAP DI) mensurados no balanço patrimonial ao valor justo, pelo regime de competência, como ativos financeiros. O SWAP é representado por um contrato com a instituição financeira para troca de caixa baseada, neste caso, pelo CDI, com prazo e condições pré-estabelecidas em conexão com contrato de empréstimo firmado junto a mesma. Esses instrumentos financeiros foram liquidados em setembro de 2023.

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(5.143)	3.566
Variação cambial	(1.812)	(8.709)
Pagamentos principal	6.778	-
Pagamento juros	177	<u> </u>
Em 31 de dezembro		(5.143)
CONTAS A RECEBER		

6.

	2023	2022
A vencer		
Contas a receber de 0 a 30 dias	4.781	4.076
Contas a receber de 31 a 90 dias	137	17
	4.918	4.093
Vencidos	402	213
	5.320	4.306

2022

2022

Os recebíveis são constituídos por cartão de crédito, vouchers de refeição e alimentação, e vendas para o varejo ou foodservice, com vencimentos que variam entre 2 e 90 dias contados da data de efetivação da venda.

A empresa entende não ser necessária a provisão de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, por entender que os recebimentos destes títulos são prováveis.

7. **ESTOQUES**

2023	2022
2.031	1.087
3.139	1.596
5.260	7.289
10.430	9.972
	2.031 3.139 5.260

O giro médio de estoque é de aproximadamente 10 dias para matérias-primas e 50 dias para produtos acabados. O prazo de validade da maioria dos produtos produzidos e vendidos pela Empresa é de 180 dias, sendo incomum o descarte por obsolescência.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
ICMS	821	1.624
PIS	385	64
COFINS	1.777	369
IRPJ e CSLL	2.554	1.980
IPTU	52	52
INSS	1.608	-
	7.197	4.089
	2023	2022
Circulante	6.324	4.089
Não circulante	873	
	7.197	4.089

9. IMOBILIZADO

	Taxa									
	Depreciação - a.a.	2021	Aquisição	Baixas	Depreciação	2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	2023
Edificações e benf. em imóv. Próprios	20%	28	-	-	(18)	10	-	-	(5)	5
Edificações e benf. em imóv. De 3ºS¹	20%	17.217	4.605	(17)	(5.925)	15.880	227	(279)	(6.087)	9.741
Computadores e equip. De informática	20%	844	109	(7)	(247)	699	17	(4)	(246)	466
Construções em andamento	-	42	-	(42)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos	10%	5.285	191	(2)	(565)	4.909	150	(310)	(608)	4.141
Imobilizado em andamento	-	42	-	(16)	(13)	13	-	(6)	(7)	-
Instalações	10%	78	-	-	(11)	67	-	-	(11)	56
Máquinas	10%	13.913	3.229	(403)	(1.793)	14.946	217	(304)	(1.973)	12.886
Móveis, utensílios e instal. Comerciais	10%	5.948	439	(46)	(740)	5.601	50	(93)	(748)	4.810
Veículos	20%	4	-		(2)	2	-	-	(1)	1
		43.401	8.573	(533)	(9.314)	42.127	661	(996)	(9.686)	32.106

A Empresa possui ativos dados em garantia de operações financeiras em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$15.637.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores nacionais	(11.490)	(4.834)
Cartão de crédito	(75)	(2)
	(11.565)	(4.836)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações relacionadas a bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Os valores a pagar não excedem, normalmente, o prazo de 60 dias e não incidem juros.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023	2022
Empréstimos e financiamento – circulante	(5.646)	(62.167)
Empréstimos e financiamento - não circulante	(62.252)	-
	(67.898)	(62.167)
	2023	2022
Em 1º de janeiro	(62.167)	(99.158)
Captação de empréstimo	(62.431)	-
Juros incorridos	(10.447)	(4.634)
Pagamentos principal	57.249	34.083
Pagamento juros	9.898	7.542
Em 31 de dezembro	(67.898)	(62.167)

A Empresa possui empréstimos contratados junto às principais instituições financeiras do país (Itaú, Santander e BTG Pactual, com vencimentos finais em 27/03/2026) visando o balanceamento e a otimização de sua estrutura de capital. Os empréstimos compreendem as modalidades FGI BNDES, Notas Comerciais e CCB, e têm como garantias recebíveis de cartões de crédito e de *vouchers*, e aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4), entre outras.

Em 18 de agosto de 2023, a Empresa concluiu sua primeira emissão de Notas Comerciais, com garantia real, em duas séries, para distribuição privada, com um fundo de investimento em direitos creditórios, sediado na cidade de São Paulo, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021.

O valor total da emissão foi de R\$55.000 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo R\$54.980 (cinquenta e quatro milhões e oitenta mil reais) o valor de emissão de Notas Comerciais da Primeira Série, com vencimento em 19 de dezembro de 2025 e R\$20 (vinte mil reais) o valor de emissão das Notas Comerciais da Segunda Série, com vencimento em 22 de dezembro de 2028.

Os recursos líquidos captados por meio da emissão das Notas Comerciais foram destinados a pagamentos antecipados de empréstimos bancários e ao reforço da posição em caixa da Empresa dentro do curso ordinário de seus negócios.

Cláusulas Restritivas ("Covenants")

As CCBs e as notas comerciais estão sujeitas a cláusulas restritivas com verificações anuais ou semestrais (em 30 de junho e em 31 de dezembro), sendo as principais listadas abaixo.

Financeiras:

- Endividamento máximo durante a vigência das notas comerciais, é vedada a contratação de nova dívida que ultrapasse de forma individual ou agregada o montante de R\$10 milhões.
- Caixa mínimo R\$25MM ao final de 2023, considerando os recursos de conta corrente e aplicações financeiras com prazo de até 90 dias (Nota Explicativa nº 3) o CDB cedido fiduciariamente em garantia (Nota Explicativa nº 4).
- EBITDA mínimo deve ser superior a -R\$13,5MM (negativo) no segundo semestre de 2023, -R\$7,5 MM (negativo) no primeiro semestre de 2024 e acima de zero a partir do segundo semestre de 2024.

Não financeiras:

- Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações e/ou quotas, conforme aplicável, ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo o Emissor, exceto as reorganizações societárias que envolvam o controlador do Emissor, desde que tal reorganização societária implique transferência de controle do Emissor;
- Pedido de autofalência, recuperação judicial, ainda que o processamento não tenha sido deferido, protocolo de qualquer medida cautelar com o objetivo de antecipar efeitos de uma recuperação judicial ou suspensão de exequibilidade das obrigações aqui assumidas
- Qualquer processo de reorganização societária ou de alteração de controle, direto ou indireto, em
 que a Liv Up esteja envolvida, alteração do objeto social ou da atividade principal ou alienação de
 estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo permanente.

Em 15 de dezembro de 2023, a Empresa obteve uma carta *waiver* junto ao titular das Notas Comercias concedendo em caráter excepcional:

- (i) a liberação temporária do cumprimento do Caixa Mínimo, especificamente para a data-base de dezembro de 2023, desde que observado o Caixa Mínimo de R\$20 milhões para o período em referência;
- (ii) a liberação temporária do cumprimento do Endividamento Máximo previsto no Termo de Emissão, especificamente para permitir a contratação de novas dívidas bancárias com Itaú, Santander e BTG Pactual, conforme acordado com o titular das Notas Comerciais, com a ressalva de que não está autorizada a contratação de outras dívidas, além daquelas expressamente previstas no waiver, antes do endividamento da Liv Up estar inferior a R\$10 milhões, excetuada a dívida decorrente das Notas Comerciais, e respeitado o Endividamento Máximo previsto no Termo de Emissão.

Considerando o Termo de Emissão original e o *waiver* de 15 de dezembro de 2023, a Empresa estava adimplente com relação a todas as cláusulas financeiras e não financeiras relativas a 2023.

12. PROVISÃO PARA RISCOS

	2023	2022
Provisão para riscos	9.314	5.948
	2023	2022
Em 1º de janeiro	(5.948)	(2.538)
Adições	(3.366)	(3.410)
Em 31 de dezembro	(9.314)	(5.948)

As provisões para riscos estão relacionadas principalmente a riscos de natureza previdenciária.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui valores avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados:

- (i) Processos judiciais trabalhistas, estão estimados em R\$5.083 (R\$5.761 em 2022).
- (ii) Créditos de INSS sobre o teto de 20 Salários mínimos no montante de R\$6.424.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		2023	
Quotistas	Quotas	Valor R\$	Percentual
Liv Up Holdings LLC	340.931.881	340.931.881	99,9999%
Victor Nogueira dos Santos	2	2	0,0001%
Henrique Dorizzotto Castellani	2	2	0,0001%
Total	340.931.885	340.931.885	100,0000%
		2022	
Quotistas	Quotas	2022 Valor R\$	Percentual
Quotistas	Quotas		Percentual
Quotistas Liv Up Holdings LLC	Quotas 340.931.881		Percentual 99,9999%
-	<u> </u>	Valor R\$	
Liv Up Holdings LLC	340.931.881	Valor R\$ 340.931.881	99,9999%
Liv Up Holdings LLC Victor Nogueira dos Santos	340.931.881	Valor R\$ 340.931.881	99,9999% 0,0001%

O capital social é composto por quotas, patrimônio atribuível aos quotistas.

Em 2022 a Liv UP Holdings, LLC realizou o aumento de capital que totalizaram R\$124.225, equivalentes a 124.224.439 quotas. No exercício de 2023, a acionista controladora Liv Up Holdings LLC não realizou aumento de capital.

Adicionalmente em 2023 a controladora, Liv Up Holdings LLC, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital que totalizou R\$736 (R\$26.120 em 2022).

14. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores compreende os rendimentos recebidos pelos sócios proprietários definidos pelo conselho administrativo da Controladora e em linha com práticas de mercado.

	2023	2022
Remuneração consolidada dos administradores	997	956

Não há valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós- emprego e assistência médica pós emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2023	2022
Vendas de mercadorias para mercado interno	100.165	102.299
(-) Vendas canceladas	(388)	(776)
Receita com frete de clientes	2.101	1.938
Receita Bruta	101.878	103.461
(-) ICMS	(3.215)	(3.259)
(-) PIS/PASEP	(721)	(1.503)
(-) COFINS	(3.320)	(6.924)
Receita líquida	94.622	91.775

O faturamento bruto da Empresa é composto majoritariamente por vendas de refeições congeladas para pessoas físicas através de sua plataforma de E-Commerce (website e aplicativo) ou aplicativos agregadores, além de vendas B2B para varejistas e outras empresas variadas. Entre janeiro e junho de 2022, a Empresa descontinuou suas categorias de hortifruti, açougue e mercearia, cujo faturamento mensal era superior a R\$1.000. Em novembro de 2023, a Empresa realizou o desinvestimento de sua unidade de negócio de *Cloud Kitchen*, com faturamento mensal também da ordem de R\$1.000.

Em junho de 2023, com o objetivo de garantir o direito benefício do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), instituído pela Lei 14.148/2021, a Empresa ingressou com o Mandado de Segurança Em decorrência de decisão favorável desse mandado, as alíquotas de PIS e COFINS da Empresa passaram a ser zero para as receitas auferidas a partir da data de decisão. O impacto foi uma redução na rúbrica de PIS/COFINS para R\$721/3.320 (R\$1.503/6.924 em 2022). No entanto, a MP 1.202/2023 de 28 de dezembro de 2023, revogou alguns pontos da Lei do PERSE. PIS/COFINS e CSLL têm alíquota zero até 31 de março de 2024 e IRPJ até 31 de dezembro de 2024, após estas datas as alíquotas voltam a vigorar normalmente.

16. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

16.	COSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS			
			2	.022
		2023	(Reapr	esentado)
	Custos dos produtos vendidos:			
	Matéria-prima	(25.980)		(26.686)
	Mão de obra direta	(11.262)		(12.389)
	Gasto gerais de produção	(10.433)		(10.947)
	Ajustes de inventário	(6.477)		(4.406)
	Depreciação	(6.992)		(6.846)
		(61.144)		(61.274)
17.	DESPESAS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDAS			
		20	23	2022
	Logística interna		2.912)	(3.237)
	Marketing	<u>-</u>	1.347)	(14.037)
	Pessoal distribuição		5.472)	(5.088)
	Facilities		3.671)	(6.105)
	Entregas	(5.382) (209)	(8.358)
	Embalagens de entrega		8.993)	(1.007)
		(2	0.3331	(37.032)
18.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
			2	022
		2022		022
		2023	(Reapre	esentado)
	Pessoal administrativo	(23.769)		(50.903)
	Softwares	(4.861)		(10.478)
	Locação de equipamentos	(1.390)		(2.090)
	Consultorias	(1.736)		(1.435)
	Facilities administração	(1.626)		(2.289)
	Impostos	(671)		(1.059)
	Depreciação	(2.694)		(2.468)
	Outras despesas	(1.394)		(4.808)
		(38.141)		(75.530)
19.	OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
		20	23	2022
	Perdas de estoque de produto acabado		_	(2.059)
	Outras (despesas) e receitas operacionais		1.289	(2.735)
	out. as (acopesas) e receitas operacionais		1.289	(4.794)
			1.203	(4.734)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

		2022
<u>.</u>	2023	(Reapresentado)
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.898)	(4.858)
Variações cambiais passivas(ii)	(6.132)	(10.167)
Despesas com transacionamentos	(4.188)	(4.435)
Despesas com operações financeiras (i)	(3.011)	(9)
Despesas com operações de câmbio	(386)	(784)
Multas	(323)	(586)
Impostos sobre operações financeiras	(155)	(185)
Juros de mora	(98)	(179)
Despesas bancárias manutenção conta	(44)	(55)
Comissões bancárias	(263)	(639)
Descontos concedidos	(94)	-
	(24.592)	(21.897)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	22	70
Juros Recebidos	18	1
Outras receitas financeiras	311	54
Variações cambiais ativas (ii)	6.132	8
Rendimentos de aplicações financeiras	3.120	9.945
•	9.603	10.078
Dec Heals Conserve Keetale	(14.000)	(11.910)
Resultado financeiro líquido	(14.989)	(11.819)

- (i) As despesas com operações financeiras se referem aos gastos com a renegociação das dívidas e com a captação das Notas Comerciais.
- (ii) As variações cambiais se referem a operações de Derivativo SWAP o qual foi quitado durante o exercício de 2023.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	2022
Prejuizo antes do imposto de renda e contribuição do social Aliquota nominal (34%) Imposto de renda e contribuição social	(47.356) 34% 16.101	(99.474) 34% 33.821
Ajuste para apuração da alíquota efetiva:		
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	1.145	863
Outras adições temporárias	469	289
Ajustes de inventário de estoque	2.202	5.915
Outras adições permanentes	1.532	771
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(21.448)	(41.659)
Total		_
Alíquota efetiva	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa possui R\$346.001 (R\$282.918 em 2022) de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social.

A Empresa não registrou impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social devido à falta de histórico de lucros tributáveis e a inexistência de perspectivas de geração de lucros tributáveis

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As disponibilidades e aplicações financeiras da Empresa são transacionadas com instituições financeiras com alto rating de crédito.

	2023	2022
Bancos conta-movimento	4	40.560
	4	40.560
Aplicações – circulante	10.212	-
Aplicações - não circulante	11.793	12.570
	22.005	12.570
Contas a receber	5.320	4.306
	5.320	4.306
	2023	2022
Fornecedores	(11.565)	(4.836)
	(11.565)	(4.836)
Empréstimos e financiamentos - passivo circulante	(5.646)	(62.167)
Empréstimos e financiamentos - passivo não circulante	(62.252)	_
	(67.898)	(62.167)
	2023	2022
Instrumentos financeiros - passivo circulante	-	(2.800)
Instrumentos financeiros - passivo não circulante		(2.343)
		(5.143)
		

A Empresa está exposta a risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A Administração da Empresa supervisiona a gestão desses riscos. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. O objetivo da Empresa é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Risco de mercado

Risco com taxa de juros

A Empresa gerência o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada com empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Empresa possui contratos de empréstimos e financiamentos para geração de capital de giro. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos financeiros não diferem de forma relevante dos seus valores de mercado, devido à sua natureza.

Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa e maximizar o valor aos acionistas.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo os ajustes necessários para

adequá-la às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Empresa pode efetuar retorno de capital aos acionistas, receber novos recursos dos acionistas em aumento de capital ou captar novos recursos no mercado financeiro.

A Empresa inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

23. SEGUROS

A Empresa mantém contratos de seguros, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais e responsabilidade civil).

Tipo Vigência		Valores
Riscos patrimoniais	19/10/2023 a 19/10/2024	79.324
Responsabilidade civil administradores e diretores	19/04/2023 a 19/04/2024	5.000

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram em 23 de abril e 30 de abril, respectivamente, o projeto de lei (PL) 1026/2024, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei no dia 22 de maio de 2024, desta forma novas regras para concessão de benefício fiscal por meio do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). De acordo com o Projeto de Lei, haverá desoneração de tributos federais com alíquota zero até dezembro de 2026, para as empresas que já estavam enquadradas em determinados CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas), incluindo o CNAE de atuação da Empresa. Segundo o texto aprovado no Senado Federal, pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real poderão contar com todos os benefícios do Perse em 2024. Em 2025 e 2026, a alíquota reduzída a zero será restrita à Cofins e à PIS/PASEP.

Em 11 de janeiro de 2024, através da 21ª Alteração do Contrato Social, houve um aumento de capital no montante de R\$ 26.856 pela controladora Liv UP Holdings, LLC.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Empresa e pela controladora LivUp Holdings, LLC no dia 31 de maio de 2024 refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até tal data.